

Mais luz na questão nuclear

GUIMARÃES, Leonam dos Santos. "Mais luz na questão nuclear". Folha de São Paulo. São Paulo, 19 de março de 2019.

Recentemente, o ministro de Minas e Energia propôs uma discussão franca sobre o uso pacífico da energia nuclear no país. Foi o suficiente para fazer renascer o discurso preconceituoso sobre o tema. Esta Folha publicou um artigo ("Brumadinho, Flamengo, Angra: e o bom senso?", de Chico Whitaker) que, sob o pretexto de abordar uma suposta falta de cultura de segurança no país, direciona seus argumentos contra a conclusão de Angra 3.

Para tanto, o autor estende sobre todo o setor de tecnologia do país um manto de incompetência na gestão da segurança de empreendimentos de natureza complexa no qual mistura acidentes em barragens com os incêndios na boate Kiss e no Flamengo. Depois, cria um cenário de devastação apocalíptica que mais se assemelha a um filme de ficção ao estilo Mad Max. Tudo para levantar uma questão, já amplamente respondida, de que o projeto de Angra 3 é ultrapassado e não incorpora melhorias advindas do estudo dos acidentes de Three Mile Island (EUA, 1979), Chernobyl (Ucrânia, 1986) e Fukushima (Japão, 2011).

Deixando de lado esse enredo fantasioso, vamos nos ater aos fatos.

Em primeiro lugar, cultura de segurança é um requisito tão sério na indústria nuclear que a Eletronuclear possui uma política específica sobre o assunto que diz que "a segurança nuclear é prioritária. É mais importante que a produtividade e a economia e não deve ser comprometida por qualquer razão".

Em mais de 36 anos de operação da Central Nuclear de Angra dos Reis, nunca houve qualquer evento que ameaçasse a segurança dos trabalhadores, da população ou do meio ambiente. Usinas nucleares empregam o princípio de defesa em profundidade, que consiste na construção de barreiras sucessivas para impedir o vazamento de material radioativo. Também existem sistemas ativos e passivos de controle para desligar o reator de forma segura. Além disso, as três usinas de Angra mantêm um rigoroso processo de melhoria contínua que incorpora lições aprendidas com outras usinas.

Procedimentos rigorosos de acompanhamento, verificação e controle são adotados desde o início do projeto básico até o final da vida da usina. Para entrar em operação, uma usina nuclear precisa de licenças da Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Ambas as organizações fiscalizam as atividades da Central Nuclear de forma contínua. A Cnen, inclusive, mantém inspetores residentes, acompanhando em tempo real toda a operação. As instalações também são auditadas pela Agência Internacional de Energia Atômica e pela Associação Mundial de Operadoras Nucleares.

Por fim, vale destacar que, hoje, temos cerca de 450 usinas nucleares em operação no mundo, responsáveis por 11% da energia consumida no planeta. Esse fato faz

com que milhões de toneladas de gases de efeito estufa deixem de ser lançados na atmosfera. No Brasil, as emissões do setor elétrico cresceram 171%, entre 2011 e 2014, enquanto a produção de energia cresceu apenas 11%. Essa situação melhorou nos últimos anos, mas continua preocupante.

Por outro lado, a China e a Índia têm conseguido reduzir suas emissões, sendo a energia nuclear um dos pilares dessa mudança. Eles compreenderam que o carvão e os combustíveis fósseis têm de ser substituídos e as renováveis não são suficientes por si só. Para eles, a nuclear é vista como uma fonte estratégica de energia para o futuro.

Leonam dos Santos Guimarães é presidente da Eletronuclear